

ESTUDOS ROMANÍSTICOS SOBRE A LINGUAGEM NO SÉCULO XIX E O SURGIMENTO DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

José Mario Botelho (FFP-UERJ)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

Nesta Palestra, vou tratar da Romanística e dos estudos que se desenvolveram sob esse rótulo na Antiguidade e durante o século XIX, momento em que surge a Linguística Histórica, com a elaboração e consolidação do método histórico-comparativo dos neogramáticos. Para isso, faz-se necessário um breve histórico dos tratados acerca da linguagem, que, naquela época, se caracterizavam como estudos linguístico-filológicos ou romanísticos, mas que não tinham tal denominação. Assim, o objetivo deste estudo é o de esclarecer pontos de interseção entre Linguística e Filologia Românica, o que caracterizam os estudos linguístico-filológicos sobre línguas românicas (ou neolatinas), que são comumente denominados estudos romanísticos ou de Linguística Românica.

Palavras-chave:

Linguagem. Romanística. Estudos de Linguística Românica.

RESUMEN

En esta Conferencia abordaré la Romanística y los estudios que se desarrollaron bajo esa etiqueta en la Antigüedad y durante el siglo XIX, cuando surgió la Lingüística Histórica, con la elaboración y consolidación del método histórico-comparativo de los neogramáticos. Para ello es necesaria una breve historia de los tratados de lengua, que en ese momento se caracterizaron como estudios lingüístico-filológicos o romanistas, pero que no tenían tal denominación. Así, el objetivo de este estudio es esclarecer los puntos de intersección entre la Lingüística y la Filología Románica, que caracterizan los estudios lingüístico-filológicos de las lenguas románicas (o neolatinas), que comúnmente se denominan Estudios Romanistas o Lingüística Románica.

Palabras clave:

Idioma. Romanista. Estudios de Lingüística Románica.

1. Introdução

O séc. XIX foi marcado pela “Gramática Comparativa” ou “Linguística Comparativa” dos neogramáticos alemães. Essa corrente procurava estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas, como o fez Franz Bopp (1816) com a sua obra “Sistema de Conjugação do Sânscrito em comparação com o Grego, o Latim e o Germânico”. Desse estudo, se deduziu existir uma protolíngua – o indo-europeu –

língua hipotética de um povo ariano que habitava no centro do continente asiático por volta do 2.500 a.C. e que migrou para as terras da Europa.

É daquele estudo de Bopp também que surge a Filologia em 1816.

Ainda hoje se acredita que a Linguística, como estudo científico, ou seja, a Linguística moderna, surge cem anos depois com os estudos de Ferdinand de Saussure e seu “Curso de Linguística Geral (1916) – obra póstuma, reunida de suas aulas por um discípulo: Charles Bally, que nem mesmo foi seu aluno nos dois cursos ministrados até 1910.

Contudo, entre nós a divisão de domínios se tornou efetiva, ao menos para aqueles que consideraram uma conceituação tradicional: Linguística e Filologia são ciências (ou disciplinas) distintas. E embora ainda não se tenha uma definição categórica para cada uma dessas ciências e uma delimitação de seus campos de atuação, vislumbram-se uma definição aceita por muitos estudiosos para Linguística e uma noção de definição para a Filologia que uma grande maioria deles compartilham.

Portanto, na tentativa em distingui-las, Silva Neto (1956) afirma que “a Linguística parece-nos sempre geral. A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas: Filologia portuguesa, Filologia indo-europeia. (...)”, mas que depende fundamentalmente de documentos escritos, o que nos impede de termos estudos filológicos de línguas ágrafas – aquelas que não têm textos escritos. Logo, trata-se de um estudo linguístico diacrônico a partir de textos literários escritos de uma língua em especial ou de um grupo de línguas afins.

Para Coutinho (1976, p. 17), “Filologia é a ciência que estuda a literatura de um povo ou de uma época e a língua que lhe serviu de instrumento”. Com essa definição, pode-se perceber a diferença que há entre a Linguística e a Filologia, que não são estanques, mas estudos afins.

De fato, é necessário especificar o campo de atuação dos estudos filológicos para que se constate que a Filologia constitui uma ciência específica, que não se confunde com nenhuma outra ciência, que tenha a língua como um de seus objetos de estudo, como já ressaltai em um artigo anterior:

Como bem observa Altman (2004), ao longo do tempo, a Filologia se expandiu a tal ponto de incorporar todos os “novos” objetos linguísticos revelados pelos estudos comparados e “como resultado, o estatuto da(s) ciência(s) da linguagem se tornaria cada vez mais ambíguo e oscilante” (ALTMAN, 2004, p. 174). (BOTELHO, 2020, p. 314)

Contudo, pode-se constatar a existência de uma interdisciplinaridade entre Linguística e Filologia, como o fizera a professora Cristina Altman em seu artigo “Filologia e Linguística – outra vez” (2004).

A interdisciplinaridade entre elas ocorre quando se relacionam os conteúdos de estudos históricos de uma dada língua, como por exemplo, uma análise linguística de um fato gramatical que se desenvolve ao longo do tempo. Estudos de gramática histórica do português sob uma abordagem linguística têm sido considerado um estudo de Linguística Românica, quando na verdade constitui um estudo filológico com um escopo linguístico. Tem-se, nesse caso, a interdisciplinaridade entre Filologia e Linguística, já que se estabelece a uma orientação acadêmica, que apresenta um processo de solucionar um problema ou de abordar um tópico que abrange os estudos filológicos e os estudos linguísticos.

Outros estudos complexos para serem tratados de forma adequada por uma única disciplina, como é o caso da formação das formas verbais de futuro no português, constituem o que denominamos um estudo filológico-linguístico ou linguístico-filológico – de acordo com o objetivo do analista. Essa e outras abordagens interdisciplinares (linguístico-filológica ou filológico-literária) constantemente ocorrem em uma sala de aula dos Cursos de Letras, cujo objetivo do professor (linguista, filólogo, gramático ou literato) é simplesmente o de construir uma compreensão mais abrangente do fato analisado.

Para finalizar, parafraseando o conceito que nos legou o saudoso mestre Bruno Bassetto acerca do polêmico termo, afirmo que “a Filologia é uma ciência da linguagem e também a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura, tomando-se como base a sua língua materna ou a sua literatura” (Cf. BASSETTO, 2001, p. 37). O seu campo de atuação é amplo e complexo, uma vez que se trata de um estudo transdisciplinar e intercultural, em que se efetiva uma linguagem humana; seu objeto de estudo é uma língua materna, a qual se pode observar nos textos que seu povo produz; e o seu escopo é a caracterização de um povo e/ou de uma cultura através de sua literatura.

2. *Breve histórico dos estudos linguístico-filológicos ou romanísticos do século XIX e o surgimento da Linguística Histórica*

A partir de um breve histórico de tratados acerca da linguagem, que, por volta dos séculos XVIII-XIX, se caracterizavam como estudos linguístico-filológicos ou romanísticos, constatamos a existência da Linguística Histórica. Contudo, esses estudos não tinham tal denominação, pois não eram propriamente linguísticos nem filológicos, já que não havia uma delimitação do que seria a Filologia, mais especificamente a Filologia Românica, e também nos faltava uma fundamentação teórica propriamente da Linguística, termo que veio a ser criado por volta de 1873, do francês *linguistique* (Cf. MACHADO, 1973?).

Todavia, a atividade da Linguística em si, que se inicia nos fins do século XVIII com o juiz e orientalista inglês Sir William Jones (1786), desenvolve-se no início do século XIX com o estudioso alemão Franz Bopp (1816), e se estabelece no início do século XX, com linguísta suíço Ferdinand de Saussure (1916). É durante esse século XIX que surge a Linguística Histórica, com a elaboração e consolidação do método histórico-comparativo dos neogramáticos.

Vimos anteriormente que o termo “filologia” tem sido mal compreendido até os dias atuais. Esta ciência da linguagem recebeu, até então, diferentes definições e ainda não foi convenientemente delimitada.

Contudo, concluímos que se trata de um estudo de natureza linguístico-diacrônica, que se desenvolve com base em textos literários escritos de uma dada língua ou de um grupo de línguas afins. Em virtude disso, acabamos por definir Filologia como “uma ciência da linguagem e também a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura, tomando-se como base a sua língua materna ou a sua literatura” à semelhança da definição de Basseto (2001). Logo, esse conceito abrangente de “Filologia” não se confunde com o de “Linguística”.

Também consideramos o fato de tal definição ter uma relação direta com os trabalhos do filólogo – especialista ou estudioso, que, entre tantas atividades, se preocupa com o estabelecimento da originalidade de uma dada edição (edição diplomática), elabora edições críticas de diferentes edições, comparando-as e refletindo sobre pormenores.

Além dessas atividades específicas, o filólogo também se preocupa com as divergências entre línguas da mesma origem. Daí, ter sido o

século XIX marcado pelos estudos dos neogramáticos alemães, os quais procuravam estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas.

Todo esse trabalho do filólogo em busca das origens das línguas, que até então se concebiam como sendo de natureza filológica são modernamente atribuído à Linguística Histórica. E estudos dessa natureza que se faziam, tendo como objeto de cotejo as línguas e os dialetos de origem latina e suas literaturas, constituem o que se convencionou denominar Romanística. E esses estudos, que se desenvolveram sob esse rótulo na Antiguidade e durante o século XIX, momento em que surge essa Linguística Histórica, como uma ciência humana e, sobretudo, como um divisor de águas em relação aos estudos sobre a linguagem, constitui exatamente o que se tem como Filologia Românica.

Houve um tempo em que se conceituava Filologia Românica como sendo o estudo científico de uma língua românica ou grupo de línguas afins, atestadas por documentos escritos. Nos dias atuais, porém, Filologia Românica designa o estudo comparado e histórico das línguas neolatinas. Logo, estabelece-se uma sinonímia entre os termos Filologia Românica e Linguística Românica.

O termo “Romanística¹”, que se refere à dedicação aos estudos das línguas e literaturas românicas (ou neolatinas), começa propriamente com os tratados do filólogo alemão Friedrich Christian Diez: *Gramática de las lenguas românicas* (1842) e *Diccionario etimológico de las lenguas românicas* (1854). Porém, os estudos romanísticos ou filológicos das línguas românicas começam bem antes.

Já em fins do século XVIII, estudiosos europeus davam início aos estudos de uma língua dos hindus – o sânscrito. Em 2 de fevereiro 1786, em Calcutá na Índia, Sir William Jones apresentou à Sociedade Asiática de Bengala (Asiatic Society) uma comunicação, em que demonstrou as semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego. Afirmou ele:

A linguagem Sânscrita, seja qual for sua idade, é de uma linda estrutura; mais perfeita que o Grego, mais copiosa que o Latim, e mais precisamente refinada que ambas, ainda compartilha com ambos uma forte afinidade, tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas de gramática, que não pode ter sido criada por acidente; é, na verdade, tão forte, que nenhum filólogo poderia examinar as três sem acreditar que tenham nascido

¹ O termo também se refere, em ciência jurídica, ao fundamento do direito romano, que nada tem de abordagem linguístico-filológico de línguas românicas (ou neolatinas).

de uma fonte comum, que, talvez, nem exista mais. (JONES, 1786, Comunicação oral)

Essa fonte comum, a que se refere Sir Willian Jones seria uma língua protoindo-europeia (PIE), como denominou o próprio jurista e filólogo inglês. Trata-se de um falar ancestral comum hipotético de línguas europeias e hindus, que provavelmente fora falado há mais de 5000 anos, pelos povos indo-europeus, supostamente nas proximidades do mar Negro, o qual originalmente era denominado Ponto Euxino pelos antigos.

Em 1808, Friedrich Schlegel publicou seu texto *Über die Sprache und die Weisheit der Inder*, dando início aos estudos comparativistas na Alemanha, pois corroborou a tese de Jones acerca do parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, sugerindo a existência de uma origem comum entre tais línguas.

Mais tarde, em 1816, é a vez de Franz Bopp, que publica um tratado sobre o sistema de conjugação dessas línguas – o seu *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen, und germanischen Sprache*.

3. A importância dos estudos histórico-comparativos

Anteriormente, vimos que a Romanística (ou estudos romanísticos) já se efetivava até 1816. Agora vamos ver como os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no meado do século XIX, cunharam os estudos linguístico-filológicos ou romanísticos como Linguística Românica ou Filologia Românica.

Em seus estudos de 1816, o autor alemão Franz Bopp demonstrou, comparando a morfologia verbal das línguas alemã, grega, latina, sânscrita e persa, as correspondências sistemáticas entre elas, e demonstrou metodicamente seu parentesco. Assim, o método histórico-comparativo passa a ser o procedimento fundamental dos estudos de Linguística Histórica. A existência de correspondências sistemáticas entre diversas línguas da Europa e da Ásia, reveladas pelos estudos sob esse método, possibilitou aos neogramáticos (como se denominam os estudiosos do final do século XIX) a supor a existência de uma protolíngua para aquelas línguas – o indo-europeu –, que tem sido aceita como a língua-mãe (ou língua-origem) de inúmeras línguas europeias e asiáticas, que têm parentesco empiricamente comprovado.

Seguindo por esse caminho, a denominada Filologia Românica (ou Linguística Românica), por ser o estudo histórico-comparativo de línguas que se originam do latim, tem o seu principal representante o linguista e filólogo alemão Friedrich Christian Diez (1794–1876). Diez é considerado o iniciador desse ramo de investigações, porquanto publicou, entre 1842 e 1854, uma gramática histórico-comparativa e um dicionário etimológico das línguas românicas. Ele se dedicou, ainda, pelo estudo de narrativas em espanhol arcaico. Esse trabalho era de orientação semelhante ao da Filologia Clássica e, por isso, possibilitou a criação da *Filologia Românica*, com o estudo textual e da consolidação das línguas românicas (ou neolatinas) e de investigação genética dessas línguas.

Assim, a Filologia Românica com o desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos passa a ter um papel fundamental nos estudos da linguagem.

Vimos que o referido método consiste em comparar – cotejar – objetos de estudo ao longo do tempo. Esse método foi muito utilizado pela Linguística Comparativa do século XIX, principalmente pelos neogramáticos, que, numa hipótese genética, formulavam questões referentes à natureza e destacavam as relações entre as línguas, que eram classificadas em famílias e consideradas como organismos vivos.

Logo, o método histórico-comparativo conferia um destacável refinamento metodológico dos estudos histórico-linguísticos, que se desenvolviam a partir da metade do século XIX, com a nova geração de linguistas da Universidade de Leipzig (Alemanha) – os neogramáticos (versão respeitável para o jocoso *Junggrammatiker*, alcunha dos jovens linguistas alemães da época, tais como: Brugmann, Leskien e Osthoff, Hermann Paul). Fato é que os neogramáticos passaram a ser respeitados no universo acadêmico da época, apresentando um programa revolucionário em relação às orientações comparatistas de seus antecessores. Para eles, não era fundamentalmente importante encontrar uma protolíngua; a atenção dos pesquisadores deveria voltar-se para as línguas vivas, em que se podem observar os processos de evolução linguística em plena atividade.

Essa nova Linguística Histórica representa um marco nos estudos históricos da linguagem, pois os novos linguistas (ou filólogos ou gramáticos), incentivados pelas críticas aos antecessores e pelo maior rigor em certos procedimentos metodológicos, distinguem-se daqueles, dando uma

nova direção a Linguística Histórica, a qual caracteriza o perfil da Linguística Histórica do nosso século.

Como já foi dito, em 1816, bem antes dos estudos histórico-comparativos do século XIX, o autor alemão Franz Bopp demonstrara o parentesco existente entre o alemão, o grego, o latim, o sânscrito e o persa. Comparando a morfologia verbal dessas 5 línguas, Franz Bopp estabeleceu certas correspondências sistemáticas entre elas. E ele fizera tal estudo metódico, utilizando o método histórico-comparativo, que passou a ser o procedimento fundamental dos estudos de Linguística Histórica, que objetivavam a origem das línguas do Europa.

Convém atentar para a seguinte asserção de Faraco (2005):

Os neogramáticos, no fim do século XIX, criticaram essa perspectiva centrada na reconstrução do passado (cf. Capítulo 5). Para eles, o trabalho em linguística histórica deveria se concentrar muito mais na elucidação dos mecanismos da mudança do que na reconstrução de estágios remotos do passado. (FARACO, 2005, p. 119)

Assim, o método histórico-comparativo passou a ser um refinamento metodológico dos estudos histórico-linguísticos, que se desenvolviam a partir da metade do século XIX, com a nova geração de linguistas da Universidade de Leipzig (Alemanha), que conhecemos como neogramáticos.

Porém, essa nova abordagem negou, mas não anulou o trabalho comparativo de seus antecessores; apenas sugeriu um novo escopo para os estudos históricos que prioriza o caráter da mudança linguística propriamente. Portanto, desde então, muitas possibilidades de respostas se apresentam para o questionamento acerca do fenômeno da mudança e tudo aquilo com ela está relacionado como o contexto social de ocorrência, seus partícipes, o momento etc.

Em sintonia com essa nova perspectiva, a Linguística Românica ou Filologia Românica também toma novo rumo; aquele método comparativo com propósitos genéticos, também passa a ser utilizados para a reconstituição de elementos de uma dada língua neolatina. Assim, a semelhança constatada entre expressões linguísticas de duas ou mais línguas neolatinas provaria que elas teriam a mesma origem em uma mesma expressão do latim, *i.e.*, a forma atual em uma dada língua neolatina indicaria a forma da expressão originária em latim. Pôde-se com isso, inclusive, criar uma sistematização de alterações morfo-fonético-ortográficas – metaplasmos, que sofreram as palavras durante a sua evolução,

causadas pelos princípios, relativamente, inconscientes, graduais e regulares, cujo conjunto constitui o Vocalismo e o Consonantismo nas diferentes línguas neolatinas.

Ilari (1992, p. 21) nos mostra que “quando se comparam, por exemplo, port, e esp. *saber*, fr. *savoir*, it. *sapere* fica legitimada a conjectura de que tenham uma origem latina comum”. Podemos perceber que a primeira sílaba dessas palavras começa com a consoante “s”, que representa um fonema sibilante /S/, e na segunda sílaba, que é tônica nas três formas, uma consoante bilabial ou labiodental (a saber: “p”, “b” e “v”). Como sabemos que na passagem do latim para o português e para o espanhol, num estudo de metaplasmos, é regular a sonorização do /p/, surdo e intervocálico, que passa a ser /b/, e que se dá a apócope do /e/ final da desinência de infinitivo latina “re”, temos “saber” do verbo latino “*sapere*”. E que, também em francês, a mesmo apócope do /e/ se dá, e a surda intervocálica /p/, que passar a /v/, sonora, e o /e/ longo das sílabas tônicas não travadas passa a /ei/, depois /oi/, /oe/, /eu/ e /wa/ (sendo que a grafia acompanhou esta evolução apenas até a forma /oi/), constata-se que a forma originária comum de *saber*, *savoir* e *sapere* é a forma latina *sapere*, já que aqueles metaplasmos não ocorreram em italiano.

Desta forma, com o método histórico-comparativo, foi possível aos romanistas encontrarem, nos textos latinos que nos legaram os romanos e romanizados, muitas formas originárias para diversas formas vocabulares de línguas neolatinas como o português. Em outras palavras, formas vocabulares originárias de inúmeros vocábulos portugueses, por exemplo, podem ser confirmadas mediante provas documentais, já que há inúmeros textos escritos em latim pelos escritores latinos da época em que o latim era a língua vasto Império Romano.

Essa nova Linguística Histórica representa um marco nos estudos históricos da linguagem, pois os novos linguistas (ou filólogos ou gramáticos), incentivados pelas críticas aos antecessores e pelo maior rigor em certos procedimentos metodológicos, distinguem-se daqueles, dando uma nova direção a Linguística Histórica, a qual caracteriza o perfil da Linguística Histórica do nosso século.

3.1. A Geografia Linguística: uma nova abordagem caracterizado- ra dos estudos linguístico-históricos do século XX até os nossos dias

Vimos que os estudos comparativos do final do século XIX, fundamentados por uma nova abordagem com neogramáticos alemães, definiram os estudos de Linguística Histórica a partir daquela época. Agora vamos falar sobre o surgimento de uma nova abordagem – A geografia linguística –, que se deu a partir da concepção dos neogramáticos e que não só deu bons resultados com também passou a caracterizar os estudos linguístico-históricos do século XX até os nossos dias.

Sabe-se que, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, variadas tendências insurgiram contra o método histórico-comparativo e sua abordagem em relação à formação das línguas européias. Algumas dessas orientações, como o chamado “idealismo linguístico” ou da escola linguística saussuriana, fizeram-se a partir de uma reflexão filosófica ou teórica sobre linguagem. Também surgiram orientações desse tipo nos estudos das línguas românicas, como as investigações sobre os dialetos galo-românicos, feitas por Jules Gillieron, que criou primeiramente seu *Petit Atlas phonétique du Valais roman* com 30 mapas (1880) e, mais tarde, seu *projet de Atlas linguistique de la France* (ALF), que inspirou a criação de um atlas linguísticos para regiões do território românico.

Começemos com esta citação de Coseriu (1987):

A geolinguística é um campo interdisciplinar compartilhado pela linguística e a geografia. É também conhecida com os nomes de geografia linguística e geografia das línguas. A geolinguística ocupa-se de estudar as línguas no seu contexto geográfico. (COSERIU, 1987, p. 79)

Como se pode depreender da citação acima, a geografia linguística não constitui, em si, uma nova Linguística em substituição àquela que seria uma velha linguística – a Linguística Histórica. Trata-se de um método novo – uma abordagem – dentro da Linguística, como assevera Coseriu (1987); é um método que coexiste com outros, aproveitando, inclusive, aspectos do método comparativo em sua abordagem.

De fato, atualmente a expressão consolidada “geografia linguística”, que muitos estudiosos a denominam como geolinguística ou geografia das línguas ou geografia linguística, constitui um método comparativo e dialetológico muito utilizado desde o século XX nos estudos linguísticos comparativos e, especialmente, nos estudos de línguas românicas,

estabelecendo mapas de ocorrências de formas linguísticas de inúmeras e diferentes línguas e dialetos ou falares. Logo, a existência e atuação desse método se relacionam estreitamente com uma geografia, espaço em que vive o homem, usuário de uma dada língua. A geografia linguística, que é propriamente uma linguística espacial, considera especialmente todas as realizações do ser humano num dado espaço geográfico, relacionando aspectos da vida social e cultural do homem em seu ambiente natural.

Em suma, trata-se de um método dialetológico e comparativo, que possibilita aos analistas o registro, em mapas, de inúmeras e variadas formas linguísticas (fônicas, lexicais ou lexicais) de uma dada região. Este estudo epistemológico se relaciona, pois, com a geografia, empregando o instrumento cartográfico e, sobretudo, revelando aspectos das relações entre vida social e cultural do homem em seu *habitat*.

Coseriu (1987) informa que a geografia linguística compreende três etapas principais: 1) o trabalho de coleta do material; 2) o registro do material colecionado em mapas que constituem os atlas; e 3) o estudo e a interpretação do material proporcionado pelos mapas. Depreende-se, portanto, que essa técnica é de natureza geográfica, embora sejam glotológicos (e, por conseguinte, linguísticos) os seus fundamentos e seus fins.

Tais mapas linguísticos possibilitam as observações de caráter geral sobre a língua em funcionamento, revelando a relação entre a história linguística e os fatores geográficos ou geopolíticos, além de facilitar a comprovação de que as inovações nas línguas se originam em determinados centros e se limitam a certos espaços geográficos ou sociais, já que há casos circunscritos a uma minúscula comunidade linguística. Em virtude disto, a geografia linguística, que se aplica normalmente à dialetologia, também tem sido denominada “linguística espacial”.

Embora o austríaco Hugo Schuchardt (1870) já abordasse em seus estudos a mudança linguística sob a perspectiva das relações entre as línguas e a realidade social e histórica das comunidades linguísticas, considera-se o fundador da geografia linguística o estudioso suíço Jules Gilliéron. Na verdade, também outros linguistas como Leibniz, Johannes Schimidt pronunciaram o método geográfico ao tentarem realizar estudos nesse campo antes de Gilliéron, que fez seus estudos no terreno da dialetologia, em que o método se destacou realmente. Foi com Gilliéron que o método da geografia linguística, voltando-se contra as propostas da escola neogramática, impôs-se com os estudos e as investigações diretos das

“línguas vivas”, como pregavam os neogramáticos. Se bem que o neogramático G. Wenker já tinha tentado, no final do século XIX, estabelecer os limites dialetais da fala alemã.

Após o *Petit Atlas phonétique du Valais roman*, de Gilliéron, e o antes da primeira edição do ALF (1910), também de Gilliéron e Edmont, outros foram produzidos como o pequeno atlas da Suécia, de H. Fischer (1895) e o atlas romeno, de G. Weigand (1909). Entre os atlas românicos, os mais importantes são o Atlas Ítalo-suíço (1928–1940) e o Atlas de Córsega, de Gino Bottiglioni (1933–1942). Também temos dois Atlas românicos que ficaram incompletos: o da Romênia (1877–1948), de Sextil Pușcariu, e o da Catalunha (1890–1973), de Antoni Griera.

Por ser um atlas linguístico uma coleção de material, não apresenta fatos isoladamente num único falar, mas no conjunto de falares, em que se articula um dialeto ou uma língua; oferece, portanto, uma visão espacial simultânea para cada fenômeno, possibilitando observações convenientes de ordem histórica, geral e comparativa. Quanto às inovações de um dado dialeto, o atlas linguístico pode fornecer informações acerca do ponto inicial de uma inovação e o transcurso de tal inovação.

Logo, com os registros e mapeamentos da geografia linguística passou a ser possível se comprovar a distribuição de um fenômeno em relação a outro com a descrição da área de uma inovação e do seu centro de irradiação em uma comparação linguística. Ou seja, os estudos feitos sob a égide da geografia linguística, sobretudo, contribuíram para mostrar de forma evidente ou epistemológica que cada mudança linguística parte, grosso modo, de um indivíduo falante e se difunde por razões sociais e culturais fundamentalmente.

Tem-se, assim, um novo conceito de “língua” com o advento da geografia linguística, pois a língua deixou de ser vista como um organismo vivo autônomo e independente do falante; a língua passa a ser vista “como ‘sistema de isoglossas’, que se estabelece com base no falar concreto e, historicamente, como unidade e continuidade duma tradição linguística numa comunidade” (COSERIU, 1997, p. 111).

3.2. Um pouco sobre os estudos de Crítica Textual e sua contribuição nos estudos linguístico-filológicos

Vamos, neste subitem, tecer algumas considerações sobre a importância dos estudos de Crítica Textual para a pesquisa linguística e os

estudos literários. Para isso, vamos conceituar o termo “Crítica Textual” e comentar sobre a contribuição dos estudos de Crítica Textual nos estudos linguístico-filológicos e literários hodiernos.

Como referência fundamental, temos a leitura de “Introdução: 1.4. Contribuições” (CAMBRAIA, 2005. p. 1-35). Vamos, primeiramente, apresentar um brevíssimo histórico sobre a Crítica Textual, que era praticada até a Idade Média, conceituando-a e comentando sobre a atuação dos estudos feitos até então sob tal perspectiva.

Primeiramente, é mister asseverar que os estudos de Crítica Textual propriamente têm sido desenvolvidos desde o século XIX – quando se estabelece o método lachamanniano para restituição de textos antigos, ainda sob o rótulo de “Filologia” ou “Linguística Histórica”.

Considerando “Crítica Textual” como “Filologia”, Cambraia (2005, *Prefácio*) ressalta ser “surpreendente que a crítica textual, tendo mais de dois milênios de existência, seja tão pouco difundida no Brasil”, já que há poucos trabalhos em língua portuguesa e os que existem se encontram esgotados há muito tempo.

Poder-se-ia estender o conceito de Filologia à Crítica Textual, cujo “objetivo primordial é a restituição da forma genuína dos textos” (CAMBRAIA, 2005. p. 1), ou seja, o estabelecimento da forma “original” de um texto. Logo, trata-se de uma atividade específica do filólogo, já que o trabalho de reconstituição de um texto muito antigo, procurando esclarecer certas imperfeições causadas normalmente pelo tempo ou pelas transcrições de diferentes edições ao longo do tempo, é um dos objetivos da Filologia. Ou seja, trata-se de uma atividade da Filologia que, a partir do final do século XIX, passou a ser denominada como Crítica Textual, tanto que até então, no Brasil, mais especificamente em Niterói, na UFF, Filologia tem sido compreendida como Crítica Textual.

De fato, são muitas as modificações impostas aos textos ao longo do processo de sua transmissão: há as edições exógenas e as endógenas; aquelas se referem às que se efetivam da corrupção do material utilizado como fonte da transcrição; estas, às que se efetivam do processo de transcrição através de um novo suporte, uma instrumentação diferente. De fato, a origem das endógenas depende do responsável pela cópia, que também podem ser autorais ou não autorais: as modificações autorais são feitas pelo autor intelectual da obra copiada, que se responsabiliza pela versão apresentada, ainda que haja modificações tipográficas, já que cabe ao autor intelectual fazer a última revisão do copião; as não autorais são

as que contêm modificações que o autor intelectual da obra desconhece, como uma ingerência do editor ou de algum patrocinador ou agente de censura.

A Crítica Textual, que se refere à edição de um texto, também é conhecida como Ecdótica, que além do estabelecimento de um texto, refere-se à sua apresentação, ou seja, a publicação mais propriamente.

A importância da Crítica Textual está exatamente na possibilidade de se ter contato com as culturas dos povos de um passado por vezes extremamente distante do nosso tempo através dos textos que nos legaram, mas que se nos apresentam em condições desfavoráveis a um contato direto e rápido. Em muitos casos, o original da obra ou do texto a serem copiados chega às mãos do estudioso com lacunas: trechos ilegíveis ou com falta de páginas; em forma de manuscrito ou datilografados, em papiro, pergaminho ou em um tipo de papel fragilizado ou danificado pelo tempo ou por traças; grafados por grafite antigo ou tinta pouco resistente a umidade ou fungos... Enfim, as corrupções do material original são de naturezas diversas: umidade, calor, fogo, chuva, pragas, vandalismo, causados por ataques de povos inimigos etc. Material que normalmente necessita de um tratamento especial de conservação e uma acomodação específica, de que somente grandes e preparadas bibliotecas e arquivos institucionais dispõem.

Cabe ao filólogo ou especialista da Crítica Textual fazer chegar até o leitor do nosso tempo um texto legível, numa linguagem compreensível e atualizada numa edição apreciável. Logo, a “recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura” é a mais importante contribuição do filólogo, especialista da Crítica Textual, como assevera Cambraia (2005, p. 19).

Algumas vezes a simples recuperação de uma capa, com um encapamento ou com uma nova encadernação, ou a recuperação ou fixação de algumas páginas já prolonga a vida útil de um livro e facilita o seu manuseio e a sua leitura. O que se pode dizer do trabalho de recuperação ou restituição de uma forma genuína de um texto antigo, que já não está mais em circulação ou até mesmo nunca estivera à disposição do público, e a sua publicação em uma escala considerável? Pois bem, essa é a real contribuição da Crítica Textual (ou Ecdótica), pois ao se publicar um texto desse tipo, normalmente raro, se está colocando em circulação um conhecimento que deve pertencer a todos; se está contribuindo para a transmissão e preservação de um patrimônio cultural da humanidade e

que deve ser um legado para a posteridade, já que o seu registro num formato moderno lhe garante uma subsistência prolongada.

Além disso, convém ressaltar que estudos linguísticos e literários, logo, na área de Letras, têm-se beneficiado, sobremaneira, dos produtos advindos do trabalho desses filólogos, pois aspectos etimológicos, na Dialectologia ou nos estudos de História da Língua, e aspectos lítero-culturais, na Literatura ou Teoria Literária, têm sido desvelados e desenvolvidos a partir dos textos e obras publicadas sob a égide da Crítica Textual em todo o mundo.

Nos estudos literários, por exemplo, o conhecimento dos prolegômenos sobre a poesia e a prosa escritas em língua latina do século I a.C. é essencial para os estudiosos da Teoria Literária, pois muitos são os tratados escritos sobre a linguagem literária, estilística, figuras de linguagem etc., escritos pelos clássicos latinos, que nos legaram tão preciso material.

Também disciplinas ou ciências afins aos estudos de Letras, que têm a linguagem como objeto de estudo e textos escritos como fonte de consulta, como é o caso da Antropologia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Historiografia, Paleografia, Diplomática (estudo de documentos, normalmente jurídicos) e outras, vêm beneficiando-se da Crítica Textual.

Enfim, é inegável a importância da prática da Crítica Textual nos dias de hoje e já o era em tempos atrás, tanto no final do século XIX, quando passa a ser reconhecida como tal, como também na Antiguidade, quando os seus trabalhos eram atribuídos a filólogos. Segundo Cambraia (2005, p. 38), reiterando a ressalva feita no seu Prefácio, que informa que “o primeiro e grande momento da crítica textual, pelo menos no Ocidente, situa-se na época dos primeiros diretores da Biblioteca de Alexandria (sécs. III a I a.C.)”; a Crítica Textual apresentou uma produção considerável desde a Antiguidade até a Idade Média e uma razoável atividade do século XVI ao século XIX com os predecessores da Crítica Textual moderna.

Na Itália, do Renascimento até o século XIX, muitos estudiosos, das cinco gerações, apresentaram produções importantes, como as emendas feitas por Lorenzo Valla (1407–57) na comparação do *Novo Testamento da Vulgata*, de São Gerônimo, com a versão grega e textos patrísticos.

Também na França do século XVI, destaca-se Henri Étienne, que publicou dezenas de textos gregos e outras dezenas de textos latinos e três hebraicos. Na Holanda dos séculos XVI e XVII, destacam-se outras tantas publicações de textos gregos e latinos. Outro destaque é o inglês Richard Bentley, que, no século XVIII, teve uma rica produção editorial. Neste mesmo século, destacaram-se, na Alemanha, diversos editores, entre eles Friedrich August Wolf com a edição de clássicos latinos.

Além desses – predecessores da Crítica Textual moderna do século XIX, muitas outras atividades de edição e produção de textos profanos e sagrados em línguas clássicas por toda a Europa ocorreram entre os séculos XVII e XIX, que não destacamos aqui por motivos óbvios.

Os produtos da atividade da Crítica Textual nos possibilitam ter contato com as culturas dos povos do passado, através dos textos que eles nos legaram, mas que nos chegaram em condições desfavoráveis a um contato direto e rápido. Em muitos casos, o original da obra ou do texto a serem copiados chega às mãos do estudioso com lacunas: trechos ilegíveis ou com falta de páginas; em forma de manuscrito ou datilografados, em papiro, pergaminho ou em um tipo de papel fragilizado ou danificado pelo tempo ou por traças; grafados por grafite antigo ou tinta pouco resistente a umidade ou fungos... Como o filólogo ou especialista da Crítica Textual trabalha na “recuperação desse material antigo, que é um verdadeiro patrimônio cultural escrito de uma dada cultura, não poderia ser outra a mais importante contribuição da Crítica Textual, senão as suas novas edições, que garantem a circulação desses textos muitas vezes raros de se encontrar.

Na época Moderna, meado do século XIX, nasce a Crítica Textual moderna, com a constituição de métodos mais rigorosos para restituição de textos antigos, como o do alemão Karl Lachmann, sob cujo método lachmanniano editou, em 1831, o *Novo Testamento* e, em 1850, o *De natura rerum*, do poeta latino Lucrécio.

Em 1890, na França, esse método foi criticado por Joseph Bédier, que também recebeu uma crítica rigorosa de Henri Quentin em seu *Essais de Critique Textuelle* (1926), em que procurou mudar o foco da Crítica Textual que deveria ser o de buscar um arquétipo dos manuscritos conservados e não mais um texto original; para ele todas as formas do texto seriam válidas, que, dispostas em famílias entre si, resultariam num cânon crítico, do qual se reconstituiria um arquétipo, que seria a forma mais próxima de certo texto original.

Entre esses dois métodos: o lachmanniano e o de Bédier, reformulado após o ensaio de Quentin, polarizam-se as práticas da Crítica Textual moderna, que também passa a dar maior atenção a textos em línguas vernaculares, em vez de textos profanos e sagrados em línguas clássicas. As investigações e publicações são muito grandes e crescentes na Crítica Textual moderna.

Em língua portuguesa, as investigações são muito tímidas tanto aqui, no Brasil, como em Portugal, pois poucas são as produções da Crítica Textual moderna; nos meados do século XIX, além de escassa, as produções utilizavam mais de um modelo para a cópia, como é o caso da versão medieval portuguesa de *Vida de Santa Maria Egípcíaca*. Só no final desse século, em 1868, inaugura-se o período científico com a publicação de *A Língua Portuguesa: Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*, de Francisco Adolfo Coelho. Mas ainda assim, é difícil delinear um quadro nítido da prática editorial, que era difusa e constituída por um grupo heterogêneo de pessoas das letras, com uma produção restrita a apenas uma obra.

No final desse século, surgem os trabalhos de Epifânio Augusto da Silva Dias, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Jose Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes e Joseph-Maria Piel, em Portugal; João Ribeiro, Manuel Said Ali e Oskar Nobiling, no Brasil.

Já a partir do início do século XX, no Brasil, uma produção mais expressiva se apresenta: Álvaro Ferdinando Souza da Silveira, Augusto Magne, Aurélio Buarque de Holanda, Carlos Henrique da Rocha Lima, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Melo e Olmar Guterres da Silveira, Silvio Elia, Antônio Houaiss, Darcy Damasceno e Emanuel Pereira Filho; Em Portugal, destacam-se apenas Manuel Rodrigues Lapa, José de Azevedo Ferreira e Luís Filipe Lindley Cintra.

De fato, só a partir do meado do século XX, surgiram iniciativas consideráveis e sistemáticas de edição de textos em Portugal e no Brasil. No Brasil, ainda na década de cinquenta, em Instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro (UERJ, UFRJ e UFF), de São Paulo (USP) e da Bahia (UFBA) e mais tarde, na década de oitenta, na PUC-SP, na UFMG e na UFPB, efetivam-se atividades editoriais.

Dois grandes iniciativas editoriais vêm a lume na década de sessenta no Brasil: a *Comissão Machado de Assis* e a coleção *Dicionário da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários*. Outras tantas produções foram publicadas no Brasil a partir da década de sessenta.

A partir do meado da década de oitenta, aqui e em Portugal, essa atividade passou a ser incentivada por duas áreas de estudos filológicos: a Crítica Genética e a Linguística Histórica. Em particular, aqui e alhures, a Crítica Genética, que se debruça sobre a gênese de textos literários, tendo como base a documentação deixada pelos autores, tem apresentado bons frutos.

Também convém ressaltar a contribuição para a formação desse patrimônio editorial em língua portuguesa de inúmeros historiadores e de pesquisadores estrangeiros, que se ocuparam da edição de textos.

De modo geral, as edições são de seis categorias distintas: a primeira se baseia na dimensão do material (de bolso, compacta ou diamante) e na qualidade do suporte (popular ou de luxo); a segunda diz respeito ao sistema (impressa, digital ou eletrônica); a terceira relaciona-se à publicação (príncipe, limitada ou extraordinária ou comemorativa); a quarta se refere à permissão (autorizada ou clandestina); outra, à integridade do texto (integral ou abreviada); e a última, à reelaboração do texto (revista, atualizada/modernizada ou ampliada).

Podem-se assinalar os seguintes tipos de edição, feita pelos especialistas de Crítica Textual, considerando o fato de serem monotestemunhais (fac-similar, diplomática, paleográfica ou interpretativa) ou polítestemunhais (crítica ou genética):

a) edições fac-similar ou fac-símile

Baseiam-se no grau zero de mediação; são cópias reprográficas ou fotográficas ou digitalizadas de imagens. O acesso ao texto é praticamente direto, sem nenhuma interferência do autor intelectual da edição. Contudo, não se tem a indicação do testemunho, que pode não ser uma edição príncipe (primeira edição) e conter supressões ou acréscimos ou reparações inconvenientes.

b) edições diplomáticas

Baseiam-se num grau baixo de mediação; também são reproduções de imagens. Preocupação com a apresentação modelar de uma edição original, atualmente sob técnicas mais fiéis, em que as cópias fotográficas ou eletrônicas reproduzem todos os detalhes da página original.

c) edições paleográficas ou semidiplomáticas ou diplomático-interpretativas

Baseiam-se num grau médio de mediação; também são reproduções de imagens, porém com a intervenção do autor intelectual, que opera retificações de falhas óbvias no processo de cópia de imagens.

d) edições interpretativas

Baseiam-se num grau máximo de mediação admissível. Assim como ocorre nas edições paleográficas, o autor intelectual opera retificações de falhas óbvias no processo de reprodução do testemunho, porém de forma intensa numa verdadeira uniformização gráfica e com intervenções que aproximem o texto à sua forma genuína presumível.

e) edições críticas

Baseiam-se no cotejo de mais de um testemunho (geralmente apógrafos – cópias ou reproduções) no estabelecimento do texto. Também se observa a preocupação com a apresentação modelar de uma edição original, porém há um inconveniente: na tentativa de eliminar os erros involuntários, há páginas em que ocorrem mais comentários do que texto original.

f) edições genéticas

Também se baseiam na comparação de mais de um testemunho, porém autógrafos ou idiógrafos (considerados originais), com o registro das diferenças entre as redações-fontes e a redação final dada pelo autor intelectual da edição. Logo, a preocupação é com a transformação progressiva ou gênese do texto. Daí, a Crítica Genética para este tipo de abordagem da Crítica Textual.

Enfim, essas atividades da Crítica Textual, que constitui uma tarefa árdua para os especialistas da área, têm sido de grande utilidade não só para os estudiosos de Linguística e de Literatura como também para tantos outros estudiosos de diferentes áreas, que tem o texto como fonte de cotejo ou consulta.

4. Considerações finais

Portanto, a Romanística, que constitui estudos das línguas românicas, iniciados e desenvolvidos principalmente no século XIX, momento em que surge a Linguística Histórica, confunde-se com o que comumente se denomina Linguística Românica. A partir de um breve histórico dos

tratados acerca da linguagem, que, naquela época, se caracterizavam como estudos linguístico-filológicos, puderam-se estabelecer pontos de interseção entre Linguística e Filologia Românica, o que caracterizam os estudos linguístico-filológicos sobre línguas românicas (ou neolatinas), que são comumente denominados estudos romanísticos ou de Linguística Românica.

Vimos também que essa nova Linguística Histórica representa um marco nos estudos históricos da linguagem, pois os novos linguistas (ou filólogos ou gramáticos) distinguiram-se de seus antecessores, dando uma nova direção a Linguística Histórica, a qual caracteriza o perfil da Linguística Histórica dos nossos dias.

Como os estudos de Filologia Românica são estudos linguístico-filológicos feitos sobre línguas de origem latina, estabelecem-se, também, pontos de interseção entre Linguística Românica e Filologia Românica. E é exatamente por isso que os estudos linguístico-filológicos sobre línguas românicas são comumente denominados estudos romanísticos ou de Linguística Românica.

Logo, conclui-se que constitui uma sinonímia os termos “Filologia Românica”, “Linguística Românica” e “Romanística”, e que essa Linguística Românica constitui o desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos, que passou a ter um papel fundamental nos estudos da linguagem desde o início do século XIX, quando surgiu com os comparativistas da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Cristina. Filologia e Linguística – outra vez. *Filol. linguíst. port.*, n. 6, p. 161-98, 2004.

BASSETTO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*. V. I, História Externa das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2001.

BOTELHO, J. M. Principais fatores da evolução do latim vulgar na península ibérica: conceitos fundamentais. *Cadernos do CNLF*, v. XXIV, n. 3, Anais do XXIV CNLF: Textos Completos, Tomo II . Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2021.

_____. Filologia: “O que é e qual é o seu campo de atuação?”. Um legado de Bruno Bassetto. *Revista Philologus*, Ano 26, n. 76, Anais do

XII SINEFIL, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2020. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/76supl/24.pdf>.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem*. 2. ed. Trad. de Carlos Alberto da Fonseca. Rio de Janeiro: Presença, 1997. Título original: *El hombre y su lenguaje*, 1921.

_____. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Trad. de Agostinho Dias Carneiro. 2. ed., Rio de Janeiro: Presença, 1987. Título original: *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*, 1969.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

ELIA, S. E. *Preparação à Linguística Românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

IORDAN, I. (Org.). *Introdução à Linguística Românica*. Lisboa: Caluste Gulbenkin, [s.d.].

LAUSBERG, H.. *Linguística Românica*. Lisboa: Caluste Gulbenkian, [s.d.].

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. v. 1, II e III. Minho: Livros Horizontes, 1973?.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. de Antônio Chelini *et al.* 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1977. Título original: “Cours de Linguistique Générale”, [1949]. (2 exemplares)

SILVA NETO, Serafim da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. (Coleção de Estudos Filológicos). Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibObPub&PagFis=9885>.